

ANEXO III

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2018

ANEXO DE METAS FISCAIS

(LRF, art. 4º, § 2º, I)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2016

CONSIDERAÇÕES RELATIVAS AO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018. A título de avaliação do cumprimento de metas, a receita realizada em 2016 é comparada à receita prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e à receita realizada em 2015.

Conforme demonstra a Tabela I seguinte, no exercício de 2016, a receita total de origem tributária do Distrito Federal foi de R\$ 14,8 bilhões, sendo inferior em 1,8% à previsão constante do Anexo I das Considerações sobre as Metas Fiscais e Projeções de Receitas e Despesas da Lei nº 5.718/2016, que alterou a Lei nº 5.514/2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016.

A receita realizada dos impostos sobre a renda e o patrimônio — IRRF, IPTU, IPVA, ITCD e ITBI —, foi inferior à receita prevista em 3,0%. O exame particularizado desses impostos mostra que ocorreram frustrações de receita de 6,3% para o IRRF, 1,0% para o IPTU e 1,4% para o ITBI. Por outro lado, a receita realizada do IPVA superou a prevista em 4,2% e a do ITCD superou em 12,8%.

No tocante aos impostos sobre produção e circulação de mercadorias — ICMS, ISS e SIMPLES —, a receita realizada foi inferior à prevista em 1,6%. A análise individualizada da arrecadação desses tributos mostra que, em termos relativos, a realização inferior à previsão foi mais expressiva para o Simples, 4,1%. Em segundo, o ICMS, com 1,7%, seguido do ISS com 0,2%.

Quanto às taxas, verificou-se realização de receita superior à prevista em 1,6%.

TABELA I
COMPARATIVO RECEITA PREVISTA X REALIZADA EM 2016

Valores correntes em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO CONSIGNADA NA LDO (A)	RECEITA REALIZADA (B)	% DE REALIZAÇÃO DA PREVISÃO (B)/(A)
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	14.651.265	14.355.151	-2,0%
IMPOSTOS	14.439.665	14.140.228	-2,1%
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	5.067.296	4.913.744	-3,0%
IRRF	3.048.969	2.858.091	-6,3%
IPTU	712.253	704.910	-1,0%
IPVA	881.679	918.686	4,2%
ITCD	96.852	109.201	12,8%
ITBI	327.542	322.855	-1,4%
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	9.372.369	9.226.484	-1,6%
ICMS	7.502.869	7.375.552	-1,7%
ISS	1.506.675	1.503.033	-0,2%
SIMPLES	362.824	347.899	-4,1%
TAXAS	211.600	214.923	1,6%
TLP	131.275	134.327	2,3%
OUTRAS TAXAS	80.326	80.596	0,3%
II. OUTRAS REC. ORIGEM TRIBUTÁRIA	453.436	476.229	5,0%

MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	74.605	104.973	40,7%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA(1)	378.832	371.255	-2,0%
III. TOTAL (I + II)	15.104.701	14.831.380	-1,8%

Fonte: Lei nº. 5.718/2016, que altera a Lei nº. 5.514/2015.

Receita Realizada - SIGGO

(1) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa

Conforme a Tabela II, a seguir, aponta-se queda real de 1,4% do total das receitas de origem tributária em 2016 frente ao exercício de 2015, descontados os efeitos da inflação medida pelo IGP-DI.

Observa-se que a receita total dos impostos sobre renda e patrimônio apresentou desempenho negativo de 4,7% em relação à receita de 2015. Nesse grupo, o destaque, em termos relativos, foi a queda real do ITCD de 25,7%. Apesar da implementação da progressividade do imposto por meio da Lei nº 5.549/2015, houve redução na quantidade de transações tributadas. Em razão do fraco movimento no mercado imobiliário, a redução na quantidade de transações tributadas pelo ITBI refletiu na queda real de 4,2% da receita do imposto. Contudo, vale citar os aumentos reais do IPTU, de 7,3%, e do IPVA, de 6,6%.

Quanto à receita proveniente dos impostos sobre produção e circulação de mercadorias, obteve-se, no conjunto, aumento real de 1,1%. O ICMS teve aumento de 3,3% ao passo que o ISS e o SIMPLES apresentaram quedas substanciais de 6,5% e 7,1%, respectivamente. A elevação de alíquotas do ICMS e a cobrança do imposto nas operações interestaduais com consumidor final amparada pela Emenda Constitucional nº 87/2015 amenizaram o impacto negativo do cenário macroeconômico desfavorável em 2016 sobre a tributação do consumo.

As taxas apresentaram aumento real de 0,7% na comparação com 2015, sendo que ocorreu aumento de 4,1% da TLP e queda de 4,5% de Outras Taxas.

Houve ainda queda real de 14,3% no grupo das outras receitas de origem tributária, composto por Multas e Juros dos Tributos e Dívida Ativa Tributária. A receita tributária proveniente das Multas e Juros cresceu 20,1% enquanto o montante da Dívida Ativa Tributária, que inclui multas e juros de mora da dívida ativa, decresceu 20,7%, apesar da reedição em 2016 do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF.

TABELA II
RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
2016 X 2015

Valores em R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	2015 ⁽¹⁾	2016	Varição % 2016/2015
I. RECEITA TRIBUTÁRIA	14.492.454	14.355.151	-0,9%
IMPOSTOS	14.279.038	14.140.228	-1,0%
SOBRE RENDA E PATRIMÔNIO	5.156.162	4.913.744	-4,7%
IRRF	3.153.914	2.858.091	-9,4%
IPTU	656.649	704.910	7,3%
IPVA	861.514	918.686	6,6%
ITCD	146.971	109.201	-25,7%
ITBI	337.115	322.855	-4,2%
S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	9.122.876	9.226.484	1,1%
ICMS	7.140.178	7.375.552	3,3%
ISS	1.608.289	1.503.033	-6,5%
SIMPLES	374.409	347.899	-7,1%
TAXAS	213.417	214.923	0,7%

TLP	129.063	134.327	4,1%
OUTRAS TAXAS	84.354	80.596	-4,5%
II. OUTRAS RECEITAS	555.654	476.229	-14,3%
MULTAS E JUROS DOS TRIBUTOS	87.402	104.973	20,1%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA(2)	468.252	371.255	-20,7%
III. TOTAL (I + II)	15.048.109	14.831.380	-1,4%

Fonte primária: SIGGO.

Notas: (1) valores constantes a preços de 2016 - IGP-DI médio

(2) Inclui Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

CONSIDERAÇÕES RELATIVAS A RECURSOS DE TODAS AS FONTES.

FATORES MACROECONÔMICOS – EXERCÍCIO DE 2016

<i>Índices</i>	<i>Projetado</i>	<i>Realizado</i>
PIB Brasil	1,08	-3,60
Inflação (IPCA) Brasil	5,63	6,29

Fonte: Projetado - LDO 2016; Realizado – Banco Central e IBGE

A economia brasileira apresentou cenário de forte recessão com recuo do PIB de 3,60% e uma inflação que encerrou 2016 acima dos 6%, um pouco maior do que apontavam os cenários elaborados pelos analistas de mercado e divulgados pelo Banco Central.

As dificuldades que enfrentaram as economias brasileira e brasiliense, com recessão de dois anos seguidos, aliada à piora da conjuntura econômica vista no cenário internacional e a crise política de grandes proporções instaurada, que gerou uma falta de coalizão, frustraram as expectativas deste ano.

A divergência, maior que a habitual, entre as previsões do início e do fim do ano se deu em grande parte pela perda de credibilidade no rumo da economia brasileira, afetando diretamente o setor produtivo e a economia dos estados. Com a perda de confiança na economia, o ano acabou ruim, ainda sobe a influência negativa da notícia do rebaixamento da nota do país por três grandes agências de avaliação de risco internacional, que tiraram o grau de investimento do Brasil no ano de 2015, o que significou uma fuga de capitais aqui investidos, piorando os indicadores de produção, emprego e renda.

Desta forma, em 2016, o crescimento real negativo foi de - 3,60%, superando as expectativas mais conservadoras de crescimento, que projetavam 1,08 %. Por outro lado, a inflação, medida pelo IPCA, apontou moderado crescimento, fechando o exercício de 2016 com 6,29%, segundo o Banco Central do Brasil. Sendo um pouco superior aos 5,63% projetados inicialmente.

Assim, considerando esse panorama econômico, a atividade fiscal no Distrito Federal, verificada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, referente ao 3º Quadrimestre de 2015 apresentou o seguinte comportamento:

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhares					
	Metas Previstas em 2016	% PIB	Metas Realizadas em 2016	% PIB	Variação	
	(a)		(b)		Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	27.869.829	0,529	26.293.386	0,420	-1.576.443	-5,656
Receitas Primárias (I)	26.687.447	0,507	25.298.544	0,404	-1.388.903	-5,204
Despesa Total	29.008.061	0,551	26.417.376	0,422	-2.590.685	-8,931
Despesas Primárias (II)	28.614.017	0,543	25.984.729	0,415	-2.629.288	-9,189
Resultado Primário (III) = (I-II)	-1.926.570	-0,037	-686.185	-0,011	1.240.385	-64,383

Resultado Nominal	1.081.896	0,021	- 572.109	-0,009	-1.654.005	-152,880
Dívida Pública Consolidada	7.242.449	0,138	7.281.735	0,116	39.286	0,542
Dívida Consolidada Líquida	4.808.409	0,091	5.942.940	0,095	1.134.531	23,595

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ milhares
Previsão do PIB Federal para 2016	5.266.269.515
Valor realizado do PIB Federal para 2016	6.266.894.736

Em relação ao cumprimento da meta de resultado fiscal, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (5.718/2016, que altera a Lei nº. 5.514/2015), foi suplantada negativamente em cerca de R\$ 686 milhões.

Por definição, o resultado primário tem como finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida, verificar o grau de autonomia do Ente - para que com suas receitas próprias e transferências constitucionais/legais possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal) e despesas de capital (incluídos os investimentos), bem como gerar poupança para atender ao serviço da dívida.

Sob esse prisma, ainda que do ponto de vista orçamentário, no final do 3º quadrimestre de 2016, o Distrito Federal tenha apresentado uma Receita Total realizada de R\$26,3 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R\$26,4 bilhões, gerando um déficit orçamentário na ordem de R\$ 124 milhões, o resultado primário foi de R\$ 686 milhões negativos, superior à meta anual estabelecida na LDO/2016 (R\$ 1,9 bilhão).

Este resultado foi extremamente influenciado pelo empenho de despesas com a folha de pagamento salarial dos servidores distritais de competência do mês de dezembro/2015, naquele próprio mês, em obediência às normas estabelecidas na Lei 4.320/64. Tal ação teve por objetivo acabar de vez com a sistemática de execução orçamentária que vinha sendo utilizada no DF, principalmente nas áreas da saúde e educação, que era a de se empenhar no exercício seguinte, as folhas de competência de dezembro do ano anterior.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

Valores Correntes em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	2016			
	LDO (1)	REALIZADO (2)	%	DIFERENÇA
	(A)	(B)	(B/A)	(B-A)
I – RECEITAS				
Receita Corrente	30.315.927	27.597.747	0,910	- 2.718.180
Receita Capital	3.019.411	577.075	0,191	- 2.442.336
I.1 - Receita Corrente + Capital	33.335.338	28.174.822	0,845	- 5.160.516
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	2.509.240	945.870	0,377	- 1.563.370
I.2.1 - Aplicação Financeira				
Conta - 1325.00.00	168.418	150.621	0,894	- 17.797
Conta - 1328.00.00	197.310	540.058	2,737	342.748
	365.728	690.679	1,889	324.951
I.2.2 - Operação de Crédito	1.472.502	100.106	0,068	- 1.372.396
I.2.3 - Alienação de Bens	590.303	14.732	0,025	- 575.571
I.2.4 – Amortização	80.707	140.353	1,739	59.646
Total das Receitas Fiscais (A)	30.826.098	27.228.952	0,883	- 3.597.146
II – DESPESAS				
Despesa Corrente	30.202.743	25.426.328	0,842	- 4.776.415
Despesa Capital	4.272.752	991.048	0,232	- 3.281.704
II.1 - Despesa Corrente + Capital	34.475.495	26.417.376	0,766	- 8.058.119

II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	545.309	421.392	0,773	- 123.917
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida	236.375	197.128	0,834	- 39.247
II.2.2 - Amortização da Dívida	308.934	224.264	0,726	- 84.670
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	-	-		
II.2.4 - Aquis de Títulos de Capital já integralizado	-	-		
Total das Despesas Fiscais (B)	33.930.186	25.995.984	0,766	- 7.934.202
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	- 3.104.088	1.232.968	- 0,397	4.337.056
IV - SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	1.211.256	-	1.211.256
IV - RESULTADO PRIMÁRIO REAL (III-IV)	- 3.104.088	21.712	- 0,007	3.125.800
V - RESULTADO NOMINAL (3)	1.081.896	- 572.109	- 0,529	- 1.654.005
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (*)	7.562.968	7.281.735	0,963	- 281.233
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (*)	6.515.049	5.942.940	0,912	- 572.109

Observações:

(1) LDO 2016 - Lei nº 5.514/2015. Metas alteradas pela Lei nº 5.582/2015.

(2) Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre de 2016.

(3) Resultado nominal apurado pelo conceito "**abaixo da linha**", que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida, 3º quadrimestre de 2016 em relação ao mesmo período do exercício anterior.

(*) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00-remuneração de depósitos bancários e 1328.00.00-remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência dos servidores - RPPS – DF, sendo esta última classificação não considerada na LDO inicial.